

MUNDA



N.º 7 MAIO 1984

REVISTA DO GRUPO DE ARQUEOLOGIA E ARTE DO CENTRO



EPIGRAFIA:

UMA LEITURA DIFERENTE *

Por

José d'Encarnação **



(Foto de Guilherme Cardoso)

Mal se repara na placa, ainda que o seu azul velho, picado aqui e ali da ferrugem, pudesse chamar a atenção, pelo contraste com a parede recente de pedra bojadada. Mas o epigrafista deter-se-á indagando:

- se há a **proibição**, há o direito de proibir — quem o possui?
- **proibição de afixar**: portanto, o hábito de afixar, um hábito cultural;

- **anúncios**: hábito (cultural também) de fazer publicidade, aqui nas paredes das casas.

E deixando de parte a possibilidade de análise físico-química da chapa — a permitir eventual datação e um estado económico — o epigrafista atentará no aspecto estético (a elegância da paginação, por exemplo), na oportunidade duma reflexão linguística: **proibido** (com h), **afixar** e **anúncios** (com consoantes duplas), **n'este** (a utilização do apóstrofe), o uso do vocábulo **predio** (sem acento) em vez de **propriedade**.

Uma simples placa é, pois — pode ser —, para olhos mais atentos, pretexto de informação histórico-cultural.

* * *

Informação que também se colherá dos nomes dos edifícios públicos, dos arruamentos. Os letrados que no-los apresen-

(*) Síntese da conferência proferida a 30 de Outubro de 1981, na Biblioteca Municipal de Castelo Branco, a convite do Centro de Estudos Epigráficos da Beira.

(**) Assistente do Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra.

tam, além da função utilitária, informativa, a que habitualmente se presta atenção, têm, sem dúvida, funções estéticas (não é qualquer o tipo de letra usado, interessa o que se escreve e **como** se escreve...); e funções ideológicas, de propaganda — daí que mudem (nem sempre sem polémica!) os nomes das ruas, uma «Ponte Salazar» vire «Ponte 25 de Abril»...

E até os nomes das vivendas oferecem largo campo de observação. «Até que enfim!», «O nosso sonho», «Ponto final» — são exemplos bem significativos da vontade geral de obter casa própria. Quão rico é, sociologicamente, «Sonho de emigrante» plantado em vivenda garrida de varandas e mansardas ferindo o casario granítico daquela aldeia beirão!...

* *
*



(Foto de Guilherme Cardoso)

NOS 23 DE N
OVEMBRO DE 1793
ASOCEDDO POR
CAUZA DA CHEIA
CER GRANDE AFO
GARCE INFELI
SMENTE NES
TE RIO VITAL
JOAO PORDE
NCIO PNAM

É marco tosco, eloquente. Resume história triste, que deu brado quiçá, pelo seu inesperado. Nele perpassa («infelizmente») o pesar grande da família, da gente anónima; aí se documenta o hábito, deveras arreigado na alma popular, de contar ao vindouro as desgraças, na consolação espiritual duma prece rogada: **P(adre N(osso), A(vé) M(aria)!** Epitáfio singelo, rico de informação: o epigrafista atentaria num dado geográfico-económico (a cheia foi grande nesse ano, contra o que era costume) e sublinharia aspectos da cultura compendiada nos «erros» de ortografia, nas formas bem populares (**assocedeo, Pordêcio...**).

* *
*

Passível de leitura diferente é também um epitáfio dos nossos dias. Duma criança, em livro aberto engrinaldado:



(Foto de Guilherme Cardoso)

Ou dum adulto:

CARLOS MARTINS SANTOS OLIVEIRA

N. 23-1-1904

F. 10-8-1976

ETERNA SAUDADE DE SUA

MULHER FILHOS E NETOS

Em ambos, um conteúdo informativo: nome do defunto, inserção cronológica (datas de nascimento e morte), dedicantes, fórmulas de pesar e luto; no de Sandra, uma referência religiosa. Por consequência — crença no Além, desejo de perpetuidade (do defunto e dos dedicantes), exteriorização de dor, e — também — uma certa ostentação. O epigrafista analisaria, além disso: **o tipo de linguagem** — há fórmulas fixas (no epitáfio de Sandra seria mais lógico, com a paginação feita, escrever **teus** em vez de **seus**, palavra que já faz parte dum modelo a não aplicar aqui...); **os aspectos estético-culturais** — o livro de pedra, a estrela para indicar nascimento, a cruz para a morte; **a grandiosidade do monumento**, passível de relacionar (embora não necessariamente) com o poder económico.

* *
*

E ocorre-nos perguntar se o cemitério moderno pode ser ponto de partida para uma análise demográfica segura.

Não é. Que percentagem da população manda lavrar epitáfios? Entre que parâmetros (económicos, etários, sociais, inclusive geográficos ou profissionais) se situaria essa amostra?

Contudo, é possível fazer, por exemplo, um estudo antroponímico. Sabemos da tendência geral, hoje, de atribuir às crianças dois nomes próprios (**Sandra Isabel**) seguidos do(s) apelido(s) da mãe e

do pai. Índice de aumento de população: um nome só não chegava para individualizar. O mesmo sucede, aliás, em relação aos apelidos, que se multiplicam. Vai longe o tempo em que **Maria dos Santos** bastava para identificar alguém!

Portanto, uma necessidade, uma moda — que dão índices cronológicos.

Certos apelidos, de nítida distribuição regional ainda, «falarão» de migrações; outros (Marceneiro, Albardeiro) dirão das profissões antigas.

É análise que, de resto, o epigrafista faz em relação ao nome romano: dos três nomes habituais — **C. Iulius Tanginus**, por exemplo — o primeiro, em sigla, chama-se **praenomen** e apenas tem valor de sintoma (usou-se, deixou-se de usar...); o segundo, o gentílico (**nomen**) já tem maior interesse demográfico, pois nos dá o nome da família (**gens**), por ele poderemos detectar a expansão geográfica e sócio-económica duma família, as migrações; o último (**cognomen**) é próprio de cada indivíduo; na sua atribuição entram factores diversos que interessa detectar (a moda, a etnia, o estrato linguístico).

Mas **o modo de identificação** quotidiano prende-se hoje em dia com motivações sociais, profissionais, de família. Quase nunca nos identificamos com o nosso nome completo: é pelo primeiro nome em família, por um diminutivo, pelo apelido (no emprego...), pela alcunha. E há os nomes artísticos e literários. Essa análise do modo de identificação ocorre também em relação aos Romanos; assim se distingue, por exemplo, a condição social: um escravo identifica-se de modo diferente dum cidadão romano de pleno direito, dum liberto ou dum indígena provincial.

* *
*

Vejamos, à laia de exemplo, este epi-

táfio romano encontrado na freguesia de Ferro, concelho da Covilhã:



(Fotografia de Luís Plácido)

CILIVS.CAMALI.F
AN.LXX.H.S.S.T.T.L.
MAILA.PVCI.F.EXS.T.F.C

A sua linguagem é **epigráfica**, porque sintética, repleta de siglas e abreviaturas daquelas palavras que são normalmente usadas. Não vimos nós, num epitáfio moderno, N em vez de **Nasceu a?** Desdobremos, consequentemente, o texto e traduzamo-lo depois:

CILIVS.CAMALI.F(ilius)/AN(norum).LXX (septuaginta)/H(ic). S(itus). S(it). T(ibi). T(erra). L(evis). / MAILA.PVCI.F(ilia). EXS.T(estamento). F(aciendum). C(uravit).

Aqui jaz Cílio, filho de Câmalo, de setenta anos. Que a terra te seja leve. Maila, filha de Puco, mandou fazer por testamento.

Temos, por conseguinte, informações acerca do defunto: **a)** identifica-se à maneira indígena, com um só nome (**cognomen**) a que junta o nome do pai—é, portanto, um indígena romanizado; **b)** morreu com setenta anos—decerto idade arredondada, como frequentemente acontece, e anote-se que a inserção numa cronologia geral, exterior ao próprio defunto (data da morte, por exemplo), é inexistente, só interessa o tempo de vida. Informações acerca da dedicante: identifica-se também à maneira indígena e não

tem, aparentemente, qualquer laço de parentesco com o defunto; contudo, a sua acção teve uma causa jurídica, expressamente indicada no epitáfio, trata-se duma disposição testamentária, de sorte que não nos seria proibido pensar em adopção em amizade. E cá está uma análise jurídica com largas implicações sociológicas e culturais: os indígenas livres podiam lavar testamento em benefício de quem lhes aprouvesse...

Para além da fórmula **hic situs**, outra nos prende a atenção pelo que em si encerra de filosofia existencial: o voto do transeunte «que a terra te seja leve!», o defunto está ali, intervindo ainda na sociedade dos vivos, é possível falar com ele, como outras vezes é ele próprio que fala connosco: «Rogo-te, ó viandante, que digas: a terra te seja leve!». Fórmula que os primeiros cristãos «traduziram» para **requiescat in pace**, descanse em paz, e se transformou depois nas siglas atrás referidas P.N.A.M.

Por consequência, o estudo da distribuição geográfica dos nomes patentes neste epitáfio interessar-nos-ia particularmente, com vista à demografia; e a forma **ex** (por **ex**) introduzir-nos-ia no domínio da linguística. A observação da frequência da fórmula **ex testamento** revelar-nos-ia ainda um índice de romanização.

* * *

Um campo ainda hoje não muito explorado como fonte histórica são os ex-votos cristãos. E ele há toda uma religiosidade ingénua, palpitante, nas pintadas tábuas de milagres, a desbotarem-se por essas ermidas e igrejas de peregrinação!...

Para o estudo da religião romana são os ex-votos o manancial primeiro. A extensão dum culto, as suas formas, a atitude religiosa e cultural que lhes está subjacente—são dados que um ex-voto permite analisar.

Também nesse aspecto a Beira Baixa

oferece largo campo de investigação: abundam aqui os ex-votos a divindades indígenas veneradas na época romana. Indígenas, porque oriundas daqui, sem vestígios noutras zonas do mundo romano. É o caso do deus **Igaedus**, padroeiro decerto do povo egitaniense; uma árula, encontrada precisamente junto da Sr.^a do Almortão, em Idanha-a-Velha, reza assim:

IGAEDo
CAETRO
NIA
VITALIS
VLAP

Cetrónia, filha de Vital, colocou de bom grado a Igaedo.

A onomástica é latina mas usada à maneira indígena, o teónimo está latinizado, o formulário — **V(otum) L(ibens) A(nimo) P(osuit)** — é romano. No conjunto, um excelente testemunho da aculturação que se fez. E a forma do monumento? Romana também!

* *
*

Chegámos, assim, ao segundo nível em que a Epigrafia é uma leitura diferente.

Vimos que a «leitura» epigráfica vai muito mais além do que a leitura habitual, interessando-se por todos os aspectos do texto. Estamos, agora, aptos a concluir que a ciência epigráfica actual — definitivamente autonomizada da História, de que deixou de ser mera «ciência auxiliar» — implica também uma leitura mais global do que aquela que se fazia no passado, quando apenas o texto interessava.

Sim, o texto é importante, e prova disso é o caso das estelas da Idade do Ferro do sudoeste alentejano: indecifradas até agora, estão significativamente

amputadas como fonte histórica. Mas hoje pretende-se ter em conta igualmente outros aspectos do monumento epigráfico:

- o contexto arqueológico donde pro-veio;
- o contexto epigráfico em que se insere (para se detectarem tendências, variantes regionais, oficinas lapidarias...);
- a tipologia do monumento e suas dimensões (passível de referências económicas...);
- o material em que é feito (uma lá- pida de mármore em zona de gra- nito é índice a não desprezar...);
- a escrita, os erros: indicam modas, fenómenos linguísticos;
- a paginação: elucida-nos acerca das intenções do lapicida e/ou do seu cliente;
- a decoração — pelo seu significado material (objectos de uso diário) e cultural (ritos, simbologia).

* *
*

Terão decerto bastado estas leves re- flexões para sugerir o fecundo manancial que os estudos epigráficos representam.

Fonte de importantes informações, complementares da Arqueologia e já im- prescindíveis para a História — escreveu Raymond Bloch que não pode haver histo- riador da Antiguidade Clássica que não seja em certa medida epigrafista... —, a Epigrafia é uma ciência decididamente apontada para o futuro. Até porque guarda em si a força dum documento histórico tal qual saiu das mãos do seu criador, aliada ao prazer, sempre enorme e ali- ciante, da descoberta duma mensagem em código.

Uma aventura, uma leitura diferente — que vale a pena tentar!